



---

ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

---

Género e poder local

---

MACIEL, Diana

Mestranda em Sociologia da Família e Sociedade, Pós-graduação em Família e Sociedade

CIES/ISCTE

diana.maciel@iscte.pt

---

### Resumo

A presente comunicação baseia-se na pesquisa *Género e poder local* realizada entre 2006-2008 para a obtenção do grau académico de mestre com a orientação da Professora Doutora Anália Torres.

A investigação visou estudar a relação entre género, suas representações, influências, limitações e expectativas; e poder político ao nível local, com especial enfoque na trajectória e enquadramento políticos, representações e práticas, liderança, conflito e negociação. Sem contudo esquecer a importante relação que se estabelece entre a vida familiar e a participação activa na vida política.

Foi com estes objectivos que se entrevistaram doze Presidentes de Câmara Municipal da Área Metropolitana de Lisboa, cujos resultados são aqui apresentados.

Palavras-chave: Género; poder; política; relação trabalho/família





## 1. Género e poder local

A investigação *Género e poder local*, realizada para a obtenção do grau de mestre e orientada pela Professora Doutora Anália Torres, visa compreender a relação que se estabelece entre género, enquanto significações e expectativas social e culturalmente associadas a comportamentos de cada sexo num determinado espaço e tempo (Lorber et al, 1991; Almeida, 1995; Giddens, 1997; Smelser, s.d.; Kimmel, 2000), e poder, percebido enquanto uma relação instrumental, intransitiva e recíproca, presente em toda a interacção social (Crozier in Ferreira, 2001).

Com vista a analisar as influências de género no exercício do poder e as interferências desse exercício na construção de uma identidade de género, incidiu-se a pesquisa na política, considerada o campo da realidade social com maior simbolismo de poder (Barbosa, 1998). Dentro de toda a arena política, passível de ser estudada, tomou-se a decisão de se analisar a relação estabelecida entre género e poder em Presidentes de Câmara Municipal, dado o destaque e a centralidade desta figura no poder local, dotado de um evidente presidencialismo. Isto porque o Presidente de Câmara é um dos notáveis da autarquia, destacando-se no panorama político municipal, constituindo o pólo central para onde munícipes e dirigentes associativos encaminham seus apelos e solicitações, representando política e simbolicamente todo o poder de decisão (Viegas et al, 2002).

Existindo 308 municípios no país e dada a impossibilidade da investigação abranger todos eles, houve a necessidade de limitar a investigação a uma determinada área geográfica, pelo que se optou pela Área Metropolitana de Lisboa. Tanto pela proximidade geográfica, como pela proporção, muito superior à média nacional, de mulheres a dirigir municípios nesta área, como ainda pela dimensão e proporção populacional desta Área no país. Deste modo, a Área Metropolitana de Lisboa tem a maior concentração populacional do país, sendo que, de acordo com os dados preliminares do último recenseamento geral da população, em 2001, residiam neste espaço geográfico cerca de 2.662.949 habitantes (aproximadamente  $\frac{1}{4}$  da população portuguesa), isto em 3.128 km<sup>2</sup> (3,3% do território continental de Portugal)<sup>1</sup>. Desta pessoa colectiva pública de natureza associativa, de âmbito territorial, fazem parte dezanove municípios: Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira.

Desses dezanove municípios, logo dezanove autarcas, maioritariamente liderados por partidos de esquerda (oito municípios pelo Partido Comunista Português, sete pelo Partido Socialista e apenas quatro pelo Partido Social-Democrata), treze homens (distribuindo-se quase uniformemente por todos estes partidos) e seis mulheres (todas de esquerda, três do Partido Comunista Português e três do Partido Socialista, tendência que já havia sido apontada por Genovese (1993), Viegas et al (2001) e pela Organização das Mulheres Comunistas, (2003)), só foi possível, depois de vários contactos durante meses, entrevistar doze Presidentes de Câmara Municipal (cinco do Partido Comunista Português, cinco do Partido Socialista e dois do Partido Social-Democrata), oito homens (quatro do Partido Comunista Português, dois do Partido Socialista e dois do Partido Social-Democrata) e quatro mulheres (uma do Partido Comunista Português e três do Partido Socialista). A dificuldade em conseguir as entrevistas deveu-se a complicações decorrentes de agendas políticas sobrecarregadas, que deixam pouco tempo disponível para aceder a este tipo de iniciativas.

Nesse sentido, elaborou-se um guião de entrevista com base num modelo de análise fundado em quatro conceitos fundamentais: género, relação trabalho/família, política e poder.

Pretendendo-se compreender a percepção, sentimento e comportamentos relacionados com o género de cada indivíduo, tentou-se abranger uma série de dimensões de análise, tais como: as representações de género, o posicionamento face aos estereótipos, o género na trajectória política e as limitações e expectativas sentidas pelo indivíduo derivadas do género. Para se tentar perceber a relação estabelecida



pelo indivíduo entre o cargo que ocupa e a família, procurou-se fazer uma caracterização do agregado familiar, captar a influência do cargo político na família e a influência da família no cargo político, a divisão das tarefas domésticas, a gestão de poderes e as estruturas de apoio à família ao dispor do entrevistado. Já para captar a multidimensionalidade do conceito da política, começou-se por abordar a trajetória política do indivíduo, o seu enquadramento político, representações e práticas, relações sociais com a equipa que dirige e respectiva avaliação e o género na política. Por fim, dentro do conceito do poder, procurou-se estudar quatro dimensões de análise: as representações de poder, o conflito e negociação, a liderança e o género no poder.

Sendo que não se pode extrapolar os resultados desta amostra para o universo de autarcas do país, há que atender ao seu contexto geográfico, marcadamente urbano e mais a sul do país, o que tendencialmente representa posições, opiniões e comportamentos mais modernos e igualitários (Viegas et al, 2001; Espada, 2002; Organização das Mulheres Comunistas, 2003). O que é visível pela proporção de mulheres na liderança, 6 autarcas em 19 concelhos, muito superior à média nacional, onde apenas se encontram 19 mulheres em 308 municípios. Sendo que as seis autarcas da Área Metropolitana de Lisboa, tal como havia sido avançado, são filiadas em partidos de esquerda, PS e PCP em igual medida, partidos mais progressistas e igualitários no que ao género diz respeito (Ingleheart et al, 2003).

Regressando à amostra em análise, todos os entrevistados, homens e mulheres, conciliaram, desde muito cedo, a sua trajetória pessoal, familiar e profissional com uma participação política ou associativa, tendo demonstrado precocemente um interesse pela política. No entanto, é notório nas mulheres uma tendência para uma maior escolarização e um currículo político mais abrangente, não tão restrito ao poder local. Esta tendência pode reflectir a efectiva necessidade, por parte das mulheres, de adquirir maior visibilidade social e corresponder à maior exigência que recai sobre elas (Genovese, 1993; Organização das Mulheres Comunistas, 2003; Baum et al, 2004; Martins et al, 2005).

Porém, esta não é a única diferença visível entre homens e mulheres no poder político, ao nível local. Para os homens, a vida gira em torno da política.

*“Tem uma importância primordial. Tudo gira na minha vida em torno da actividade política e em torno do exercício dessas minhas funções.” Pedro Silva, 35 anos, PCP*

Enquanto que para a maioria das mulheres entrevistadas, apesar da importância conferida à política, esta não é o único plano da vida, para a qual concorrem simultaneamente a família e os amigos.

No entanto, importa sublinhar que um dos homens entrevistados se diferencia por vezes da posição assumida pela maioria dos outros, aproximando-se de algumas posições e experiências vividas pelas mulheres. Ou seja, para Guilherme Ventura, de 56 anos, PS, a política é importante, mas apenas transitória. Não considera que sua vida seja ou gire em torno da política:

*“Confiro importância, na medida em que foi uma actividade que eu decidi, em determinado tempo, exercer, mas como lhe digo considero uma importância transitória e acidental. Acidental foi seguramente. Transitória será seguramente também.”*

Sendo que Guilherme se distancia dos outros homens entrevistados uma vez que, depois de dois divórcios e vivendo actualmente em união de facto, assumiu funções que tradicionalmente são atribuídas e expectáveis das mulheres, ou seja, ficou com os três filhos a seu cargo. O que o levou a recusar, por duas vezes, a proposta do Partido Socialista em encabeçar a lista candidata à Presidência do seu concelho.

*“A minha hesitação deveu-se ao facto de eu, na altura, ter a tutela das minhas filhas, elas viviam comigo depois do divórcio, e ter um filho com 4 anos na altura pequeno que eu achei que precisava de mim, portanto hesitei. A minha hesitação nessa altura foi basicamente devido a questões de ordem familiar. Portanto indo direito ao objecto da sua tese, eu acho que a motivação que eu tive para essa recusa foi uma motivação que é mais frequente nas mulheres que nos homens que é da necessidade de dar atenção à casa e aos filhos. (...) Eu vivi uma situação peculiar para um homem na sociedade portuguesa, que é o ter*



*ficado responsável pelos meus filhos. (...) E portanto tive que exercer simultaneamente os dois papéis. E obviamente que isso condicionou-me. Por exemplo em 93, eu recusei a situação que me foi proposta, exactamente por uma questão de apoio familiar. Condiçãoou-me e ainda me condiciona.”*

O que reenvia para a principal dificuldade sentida pelas mulheres, em diferentes fases do ciclo de vida conjugal e parental, na sua trajectória política: a relação entre a participação activa na vida política e a vida familiar. A dificuldade em gerir o desempenho de um cargo desgastante e exigente ao nível intelectual, emocional e físico, e as responsabilidades familiares, consideradas social e culturalmente enquanto prioridade feminina. Levando, por vezes, a rupturas conjugais ou a adiamentos na maternidade, sendo muito difícil a construção de um horário de trabalho com algum tempo dispendido para a família.

*“Grandes dificuldades em compatibilizar vida profissional com vida familiar. Daí também talvez se compreenda que muitas relações fracassem quando um desempenho político se mistura pelo caminho. (...) Porque nós queremos sempre fazer mais e ao mesmo tempo isso retira-nos um pouco da outra vida. Porque ser autarca não é possível ser com horário. Tem que se ser com tempo inteiro. E isso resulta de uma forma muito complicada.” Júlia Delgado, 59 anos, PS*

*“Um dos principais problemas foi sempre o da conciliação, porque quando entro para uma vida política mais activa em 94 já era casada e não tinha filhos. Portanto nessa fase foi mais fácil conciliar porque seria o marido aquele que sentiria mais as minhas ausências. (...) Os problemas mais difíceis surgem, a partir de 2000, quando nasce a minha primeira filha. Aliás eu própria fui adiando a maternidade. (...) Penso que essas gravidezes tardias, hoje a partir dos trinta e poucos, acontece por essa pressão também do próprio cargo que temos, da progressão na carreira que pode ficar prejudicada e que as mulheres são, de facto, as principais prejudicadas. (...) É muito doloroso chegar a casa e, muitas vezes, elas já estarem a dormir e só as ver de manhã fugazmente. E normalmente são crianças que acabam por se deitar um bocadinho tarde, porque ficam à minha espera, pela história.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS*

Sendo que, para além dessa relação de difícil construção, ainda é destacada a organização tipicamente masculina da vida político-partidária, com ritmos e horários não compatíveis com uma vida familiar (Joan Acker, in Kimmel, 2000; Martins e Teixeira, 2005).

*“São estruturas muito fechadas, há algumas secções que funcionam com alguns tiques tipicamente masculinos e onde há muita falta de método, com a qual eu tento combater. (...) Há uma desorganização que faz parte da vida política ou político-partidária que não é muito atractiva para as mulheres. Portanto, às vezes, quando se diz que as mulheres não querem participar ou que não podem participar, também há dificuldades familiares, culturais, civilizacionais, mas também há dificuldades que têm a ver com os horários que são quase que inconciliáveis. As reuniões são à noite, ultrapassam as horas ditas normais e dificultam muito a vida de uma mulher, porque quer se queira quer não a partilha de tarefas domésticas e familiares ainda não é uma realidade, começa agora a haver alguma partilha efectiva mas o conceito que existe é ‘o meu marido ajuda’ e o próprio conceito de ajuda é, a meu ver, menorizante.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS*

Em contraposição, os homens revelam uma maior dispersão nas dificuldades destacadas na construção da trajectória política, mais derivadas das histórias de vida individuais do que do próprio género. O que pode explicar uma menor hesitação por parte dos homens em reflectir e decidir uma recandidatura.

Validando o referido pelas mulheres relativamente à organização da vida política e partidária, todos os entrevistados consideraram que o seu partido tem uma preocupação política para com a igualdade de género e a relação trabalho/família, mas em que essa preocupação é mais teórica do que prática.

*“É uma força política onde se calhar a questão da igualdade do género e a luta pela igualdade do género sempre foi muito forte e tem raízes muito fortes. Na prática a distribuição de responsabilidades não é assim, sejamos frontais, porquê, porque também o Partido Comunista ou qualquer outro partido não se pode dissociar da realidade social e vive nesta sociedade e portanto tem reflexos no acesso aos cargos e por aí fora, aquilo que na sociedade existe e que meia dúzia, uma dúzia, três dúzias, 2 milhões não podem resolver-se por si só, não é, que tem a ver com séculos de cultura de separação dos géneros... (...) Ao*



*longo de dezenas de séculos há uma cultura que somente há um século propriamente dito, século e pouco tem tomado publicamente vontade de luta, e portanto, culturalmente vai levar ainda muito tempo e naturalmente isso também se reflecte na realidade de um partido político, quer seja ele o Partido Comunista Português ou não.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP*

O que reenvia para as explicações das mulheres entrevistadas para a reduzida participação política feminina, maioritariamente exógenas e institucionais (Espada, 2002), tal como havia sido avançado. Assim, destacam-se: a estrutura partidária e seus modos de funcionamento (Barbosa, 1998; Martins et al, 2005); que, muitas vezes, origina conflitos entre o espaço público e privado (Silva, 2002, Martins et al, 2005); e a falta de reconhecimento social (Espada, 2002), que provoca uma falta de motivação para o exercício de uma vida política, dada a simultânea pressão social e cultural para a dedicação à família (Espada, 2002; Silva, 2002; Barbosa, 1998; Martins et al, 2005).

*“Eu acho que todos os partidos têm o mesmo problema, quer dizer, a vida dos partidos hoje é uma vida muito fechada dentro de portas, e portanto coloca os mesmos problemas aos homens e às mulheres, por um lado, e todos os partidos colocam os mesmos problemas às mulheres, isto é, o facto das reuniões à noite, reuniões em horas que a maior parte das mulheres, em geral, se têm família, se têm filhos, outros seres para cuidar, esse papel frequentemente está a seu cargo. Portanto eu acho que, desse ponto de vista, a vida e a intervenção nos partidos não facilita o papel das mulheres.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP*

Por seu lado, os homens avançam razões maioritariamente endógenas e intrínsecas às mulheres (Espada, 2002), apesar de também reconhecerem razões culturais e sociais. Efectivamente, explicam a reduzida presença de mulheres na política pela falta de interesse, de motivação e de recursos (Martins et al, 2005); mas também pela falta de disponibilidade, dados os papéis social e culturalmente associados à mulher (Espada, 2002; Silva, 2002; Barbosa, 1998; Martins et al, 2005).

*“Eu acho que é preciso, em primeiro lugar, que as mulheres também queiram. Porque aquelas que querem eu vejo que elas participam e estão activas. E depois também depende, como é óbvio, da própria disponibilidade que têm, porque se, de facto, forem mulheres que trabalham, e hoje quase todas trabalham, dantes não se punha tanto essa questão, mas o facto de trabalharem também estão mais atentas e mais abertas se calhar a essa participação política do que aquelas que estavam em casa, que eram domésticas. Mas se foram mulheres que trabalham, que têm muitos filhos, o tempo que fica livre é muito pouco e é difícil essa participação e até se assistem a fenómenos curiosos que é o de começarem a participar numa fase mais tardia, já quando os filhos estão crescidos, mas muitas vezes aí já é um bocado tarde, porque as pessoas ou se envolvem até uma determinada altura ou depois já há um conjunto de hábitos, dos quais a participação política está arredada e que é difícil de retomar.” Mário Couto, 47 anos, PCP*

Estas diferenças de género reflectem-se nas posturas em relação a mecanismos de correcção de assimetrias na política, nomeadamente a Lei de Quotas. Com excepção de um homem entrevistado que se mostra a favor do estabelecimento dessas medidas, sob risco dos homens não cederem o poder (Silva, 2002; Bourdieu, in Barbosa, 1998),

*“Eu tenho uma tese que não é muito popular, mesmo dentro do meu partido, que é a tese das quotas. Ou seja, você não convence os homens a dar lugar às mulheres. (...) Eu defendo as quotas. (...) Eu tenho para mim que só obrigados é que os homens cedem os lugares de chefia às mulheres.” Carlos Vaz, 62 anos, PSD*

todos os outros se revelam contra, alegando ser atentória da dignidade das mulheres e incapaz de operar transformações na realidade social.

*“Discordo, porque acho que a Lei das Quotas é atentória da dignidade das mulheres. Porque eu acho que as mulheres que, de facto, têm disponibilidade, têm vocação, têm capacidade, têm a mesma facilidade de se impor que os homens e criar uma lei que artificialmente impõe que as mulheres exerçam determinadas posições políticas ou cívicas é reconhecer que elas não têm capacidade para o fazer e portanto têm de ter uma lei que determine que elas o façam.” Guilherme Ventura, 56 anos, PS*



*“Eu não penso que as quotas resolvam o problema de fundo. Resolve problemas quantitativos, mas depois anda-se à procura da quota, para cumprir a quota, por cumprir a quota e eu não digo que o valor é zero, mas digo que o valor é residual. Não me parece que seja por aí que a sociedade deva resolver o problema. (...) Eu acho que relativamente a isso, como relativamente à generalidade das questões, é preciso, por um lado, sensibilizar, mas, por outro lado, criar condições materiais para que isso possa acontecer. E essas condições materiais passam em grande medida por numa maior partilha de responsabilidades entre o homem e a mulher num casal. E essa é talvez uma das principais fontes do problema.” Vasco Batista, 56 anos, PCP*

Já nas mulheres, metade afirmou ser a favor de medidas de discriminação positiva, como meio de modificar representações sociais e culturais de género.

*“Se houver uma boa estrutura de apoio e de rede e se houver, de facto, por parte dos homens ou das famílias, uma vontade efectiva de partilhar, eu penso que isso será possível. Só que tem que haver sacrifícios, tem sempre que haver sacrifícios mútuos, tem sempre que haver alguém na estrutura familiar que acaba por ficar mais prejudicado em termos de tempo, mas isso é um desafio essencialmente civilizacional que tem que ser feito, não chega só os isolarem. Eu digo que a mentalidade só muda por decreto, é fundamental de facto haver quadros legais que permitam essa abertura. Eu acho que a alteração que houve ao nível da Lei da Paridade é fundamental. (...) É um desafio que deve ser colocado ao Estado, em termos da sua própria organização social de apoio à infância e apoio depois também em todo o percurso que aí segue, é um desafio também aos partidos políticos que têm que ser facilitadores e não obstaculizantes ao acesso das mulheres a este tipo de cargos. (...) E se houver da parte dos partidos essa consciência, e eu penso que agora com a legislação isso acaba por ser mais fácil, vamos começar a ver mais mulheres, como já estamos a ver.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS*

Apesar destas divergências, alguns pontos revelaram-se muito similares entre homens e mulheres, sem interferência de género. Deste modo, os programas políticos defendidos, por todos os entrevistados, são marcadamente sociais, ao contrário do referido por Espada (2002), em que os homens tenderiam a desenvolver um maior interesse pelas áreas da política ‘dura’ como sejam a justiça, economia/finanças e trabalho, enquanto que as mulheres incidiriam mais nas áreas da política de intervenção social e comunitária, como sejam a saúde, educação, cultura, e ambiente.

A representação de poder também apresenta grandes similitudes entre homens e mulheres, sendo para todos a capacidade de decidir e intervir na sociedade, no sentido de a melhorar.

*“O poder fazer, o poder construir, o poder actuar, o poder decidir, o poder influenciar a vida dos outros. Aqui o conceito de poder, para mim, é isso, é decidir, é actuar, é construir, é criar, e nesse âmbito o conceito de poder é um conceito atraente, importante e compensador para nos realizarmos, e todos nós temos um bocado desse poder.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP*

Para o que é essencial, segundo todos os entrevistados, saber ouvir os intervenientes nas decisões políticas, reunir seus contributos, e saber envolver, motivar e mobilizar as equipas no processo de decisão política. Contudo, denotam-se também ligeiras diferenças de género na ênfase colocada em determinadas cambiantes. Assim, os homens têm uma visão mais estratégica do poder, não se importando com o seu uso directo e marcadamente individual, um pouco como defendido por Genovese (1993) que referia uma liderança mais dura e assente na hierarquia para os homens.

*“Tento discuti-las e procuro chegar a um consenso. Se não há consenso vale a minha. Sou Presidente da Câmara (Risos).” Guilherme Ventura, 56 anos, PS*

Já as mulheres evidenciam uma maior preocupação no envolvimento das pessoas nas decisões, em mobilizar, motivar e incentivar os intervenientes.

*“Eu assumi-me sempre como uma via, um movimento de confiança e portanto, acima de tudo, acho que os resultados que tenho junto das equipas dirigentes, dos funcionários e junto dos vereadores passam pela*



*capacidade que me reconhecem de me envolver com as pessoas, de as motivar e de as estimular constantemente.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS*

São, deste modo, visíveis diferentes posturas na liderança: as mulheres com forte cariz relacional, os homens marcadamente assertivos.

No entanto, é importante realçar que, para essa liderança, as mulheres não têm qualquer pudor em demonstrar características tradicionalmente consideradas masculinas, como autoridade, perseverança e empreendedorismo.

*“Eu acho que tenho essas características todas e não evito nenhuma delas, assim como também não evito outras que podem ser mais femininas, isto é, sensibilidade ou emoção. (...) Portanto não deixo de ser autoritária, porque também sou, autoritária no sentido em que acho que exerço autoridade, é um traço que eu acho que as pessoas também me reconhecem, mas também não deixo de me mostrar, de facto, sensível em relação a áreas e a coisas que me sensibilizam ou mesmo até me emocionam. Lido com os sentimentos de uma forma natural.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP*

Todavia, esta postura não significa uma masculinização da mulher que se encontra no poder, uma vez que também introduz na sua liderança sensibilidade, emotividade e capacidade de comunicação, características tradicionalmente associadas às mulheres. Logo, não colocam em risco a demonstração de uma construção de género bem-sucedida (Lorber et al, 1991; Kimmel, 2000; Giddens, 2000). Ao invés disso, tentam adoptar a postura que consideram ser a ideal para um líder.

Tanto as mulheres como os homens entrevistados descrevem um ideal de líder muito semelhante, sendo que, todavia, destacam nuances ligeiramente diferentes. Desta forma, os homens realçam o saber ouvir, a mobilização da equipa e a capacidade de decisão, e as mulheres enaltecem o saber ouvir, a determinação e a capacidade de trabalho.

*“Saber ouvir e ter capacidade de decisão. É saber ouvir e saber decidir. Porque as pessoas não gostam de pessoas que hesitem, pessoas que não têm rumo, que não sabem o que é que querem. Quem anda aqui, vou, não vou, talvez...” Afonso Oliveira, 50 anos, PS*

*“Ter bem claros os objectivos, não ter do poder uma noção de autoritarismo e de benefício próprio, ser humilde para acolher tudo aquilo que sejam críticas, sabendo retirar ensinamentos. Depois ter diplomacia para gerir equipas e para gerir conflitos e ser determinado. Sem ser determinado, sem ser trabalhador, não há nenhuma outra característica que lhe valha.” Júlia Delgado, 59 anos, PS*

Porém, o que difere realmente é o sentimento de proximidade a esse ideal. Ou seja, os homens, com maior facilidade, declaram sentir-se próximos, o que contrasta com a dificuldade das mulheres em fazê-lo, preferindo referir que se esforçam todos os dias nesse sentido.

*“Dizer se estou perto ou longe daquilo que é a imagem que eu defendo de como se deve estar quando se está neste lugar, o que posso dizer é que me esforço, todos os dias, para ser melhor e que, todos os dias, faço a análise daquilo que foi o meu dia. Faço sempre. E arrependo-me de algumas coisas. Congratulo-me com outras.” Júlia Delgado, 59 anos, PS*

Depois de realçadas as influências do género na trajectória e no exercício do poder político, importa agora incidir sobre a influência da trajectória política na identidade de género dos entrevistados, ou seja, a interferência de uma participação política activa na forma de sentir, perceber e comportar o género. No que diz respeito ao modo de sentir e perceber o género, todos os entrevistados defendem a existência de diferenças nas formas de ser homem ou mulher, mas a inexistência dessas diferenças nas capacidades de cada um exercer qualquer função na sociedade.

*“Não são intelectualmente diferentes, eu acho que, do ponto de vista intelectual, somos capazes exactamente das mesmas coisas. Colocados nas mesmas condições, somos capazes exactamente das mesmas coisas. Nós somos diferentes, somos seres diferentes, somos fisicamente diferentes,*





*geneticamente diferentes e portanto eu acho que há sensibilidades diferentes. E depois sobretudo há papéis socialmente diferentes. Isso para mim é a tônica sempre.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP*

No entanto, foi visível uma maior dificuldade, por parte dos homens, em definir o que é ser homem, o que pode ser explicado pela invisibilidade e universalidade do masculino (Kimmel, 2000), do que em definir o que é ser mulher, aparentemente uma representação mais restrita e simplificada.

*“Não sei o que significa ser homem. Significa fisicamente sermos diferentes da mulher portanto temos pila. Mas do ponto de vista psicológico, eu ia dizer uma coisa, que eu acho que é para o homem e para a mulher, que é ter dignidade. Portanto não... Assim do ponto de vista, não sou capaz de responder porque não... Se me perguntar o que é que eu acho da mulher, sou capaz de dizer aquela coisa que é um bocadinho aquilo que toda a gente diz, mas que eu acho que... Mais simpatia, mais amabilidade, com mais facilidade expressam o sentimento. Portanto isso eu reconheço na mulher. No homem não reconheço tanto. Mas não é isso que caracteriza o homem, não considero que isto sejam características.” Vasco Batista, 56 anos, PCP*

Por seu lado, as mulheres quando definem no que consiste ser mulher, denota-se uma valorização e uma representação positiva do feminino, com uma sensibilidade mais profunda e uma maior perspicácia.

*“Não tenho nenhuma reserva mental em relação ao género feminino, acho até que a mulher tem particularidades que vão desde uma sensibilidade diferente, mais aprofundada.” Júlia Delgado, 59 anos, PS*

Sendo estas as representações de género dos entrevistados, todos foram consensuais na afirmação da efectiva influência da trajectória política nessa construção. Influência tanto maior quanto mais tradicional tiver sido a sua construção identitária de género inicial, pelo que foi reduzida no caso das mulheres, reflexo de uma envolvimento social mais igualitária que lhes permitiu a construção de um projecto de vida e uma trajectória política pouco comum na maioria das mulheres (Genovese, 1993).

As entrevistadas revelaram considerar que as mulheres tiveram conquistas importantes e muito positivas na sociedade actual relativamente ao seu papel social, profissional, mas também cívico.

*“Todas as conquistas que tiveram lugar foram feitas por homens e mulheres. (...) As mulheres têm tido um papel sempre de grande importância, mas na maior parte dos casos de retaguarda, de segundo plano, e só vamos sabendo quando efectivamente as suas descobertas tomam contornos de visibilidade mundial e então aí nós vamos constatar ‘Que bom, uma mulher no lugar, que fez um trabalho tão importante, que se destacou por isto ou por aquilo’. (...) Isto é muito partilhado, agora tem de ser uma partilha muito mais equilibrada do que tem sido até agora, porque a maior parte das histórias das mulheres até aos tempos de hoje eram história de luta e glória caseira.” Júlia Delgado, 59 anos, PS*

Já a maioria dos homens destacou o ainda papel minorizante da mulher na sociedade portuguesa, com grandes dificuldades na modificação social e cultural das representações de género.

*“Em Portugal ainda existe, e especialmente fora dos centros urbanos, claramente uma subalternização do papel da mulher que tem a ver com séculos de inferioridade imposta pelo conservadorismo que imperou desde tempos imemoriais, mas com grande expressão durante todo o regime anterior, ou seja, foram 48 anos em que efectivamente a mulher foi completamente subalternizada e esteve à margem de todos os movimentos de emancipação que decorriam em toda a Europa. E portanto isto paga-se em termos sociais.” Carlos Vaz, 62 anos, PSD*

Dificuldades essas que originam angústias de afirmação tanto nas mulheres como nos homens (Giddens, 1993).

*“Eu acho que as mulheres têm angústias, angústias de afirmação, angústias de... ainda por cima isto ainda tem uma carga de séculos, de uma minorização que tem uma carga de séculos, o que implica que se libertem desta situação de minorização em que sempre tiveram ao longo destes séculos. É uma missão complicada. Mas penso que para os homens também é difícil. De repente... E quando eu digo de repente é*



*porque são situações de algumas décadas, situações que se despoletaram há algumas décadas, que são 'de repente' se compararmos com séculos e milénios. De repente, viram os princípios basilares em que assentava a sociedade e a sua supremacia serem postos em causa. E portanto eu acho que há muitos homens que estão agora numa situação de quase pânico. Não é porque querem resistir à mudança, é porque não sabem como é que hão-de agir em função dessa mesma mudança. Eu acho que, neste momento, o papel individual da sociedade é mais difícil para os homens do que para as mulheres.”*  
 Guilherme Ventura, 56 anos, PS

No que concerne ao comportamento de género, todas as mulheres consideraram os estereótipos femininos limitadores da sua identidade, expressando-se completamente contra o rótulo de fragilidade.

*“Há pessoas que confundem uma pessoa sensível e emotiva com uma pessoa frágil e havia muita gente, nomeadamente em partidos e na oposição, que achavam que sou uma pessoa frágil. Não sou, de maneira nenhuma, uma pessoa frágil. (...) Se me quiserem rotular, sou uma pessoa emotiva, sensível, mas muito determinada, muito pragmática e muito resistente à adversidade, não quebro.”* Sara Rodrigues, 40 anos, PS

Enquanto que os homens, na sua larga maioria, expressaram um esforço em afastar-se do que tradicionalmente se associa ao masculino, sendo que ressalvam no entanto que a educação familiar foi nesse sentido.

*“Não me identifico com essa imagem, fui educado e criado nessa imagem mas não me identifico com essa imagem, em termos mentais não o sou e não quero ser, às vezes em atitudes vejo-me a sê-lo. Principalmente naquelas atitudes que são espontâneas e que podemos dizer que de alguma forma são inatas, mas não tem qualquer nexó e luto às vezes comigo mesmo, porque eu sou também um ser resultante das minhas vivências, da minha educação.”* Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP

O que dá origem, por parte das mulheres, e como já havia sido referido acima, a uma facilidade e ausência de hesitação em adoptar qualquer comportamento associado ao homem; e, por parte dos homens, a uma tentativa de evitar comportamentos ou características tradicionalmente femininas no exercício do seu cargo, como sejam uma maior sensibilidade, emotividade ou docilidade. Este duplo padrão dever-se-á provavelmente à assimetria simbólica de género (Amâncio, 1986, 1994; Connell, 1993, 1995; Kimmel, 2000).

Por fim, é importante analisar as condicionantes impostas pelo poder político na vida familiar e suas diferenças de género. Assim, e ao contrário do que tinha sido avançado no início da pesquisa como possível cenário, tanto as mulheres como os homens, são, na sua larga maioria, casados ou vivem actualmente em união de facto. Sendo, no entanto, de grande dificuldade a construção ou a manutenção bem sucedida de uma relação conjugal ou parental, dada a exigência e o desgaste do exercício de um cargo como o de Presidente de Câmara Municipal.

*“Para quem quer construir uma relação sólida, estável e para quem queira alimentar essa relação, o exercício destas funções é claramente prejudicial em relação a essa intenção. Claramente.”* Pedro Silva, 35 anos, PCP

Contudo não é notório que o poder político da mulher, ou do homem, leve ao conflito matrimonial. Leva sim à existência de uma maior negociação e quase inevitavelmente ao sacrifício pessoal, profissional e, por vezes, político de um dos cônjuges.

*“O meu marido podia ter uma vida política e optou por não a ter. Primeiro porque sou Presidente de Câmara e não queria estar em nenhum órgão municipal ou Assembleia de Freguesia porque poderia dirigir a alguma ideia de clero familiar que não lhe agradaria. (...) E portanto ele acabou por abdicar dessa opção, teve alguns convites profissionais que teve que declinar, onde ele ganharia bastante mais, mas que teria que ter também um horário bastante mais complicado em termos de saída e ele faz questão de ir buscar as crianças todos os dias à escola. (...) E portanto ele sacrificou-se duplamente, sacrificou-se do ponto de vista*



*político e também de cidadania e do ponto de vista profissional, acaba por ter um horário mais regular mas está muito prejudicado financeiramente.” Sara Rodrigues, 40 anos, PS*

Sendo mais frequente, no entanto, o sacrifício feminino (Kellerhals, 1982, 1984; Singly, 1987, 1993, 1996, 2000).

*“Eu estava na Junta de Freguesia e ela na Assembleia de Freguesia, e depois houve um que teve que decidir, com influência cultural de certeza, mas também com influencia genética a mãe é que optou ‘vou deixar a actividade em si, política’ e portanto dedicar-se à nossa filha.” Joaquim Gonçalves, 50 anos, PCP*

Porém, o exercício de um cargo político tem repercussões a outros níveis que não apenas o plano pessoal, profissional ou político dos indivíduos envolvidos na relação conjugal, como a própria estrutura familiar. Nota-se nas mulheres autarcas a tentativa de um equilíbrio entre corresponder às expectativas sociais de ser companheira e ser mãe e minorar as limitações que provêm das responsabilidades familiares que acabam por se reflectir nas trajectórias profissionais e políticas das mulheres (Singly, 1987, 1993, 1996, 2000; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Torres, 2000a, 2000b, 2002b, 2004), visto ainda hoje a família ser considerada um reduto mais feminino. O que é visível no adiamento da maternidade, já mencionado, ou na limitação do número de filhos.

*“Se calhar o facto de só ter um filho foi consequência disso. Em parte, não totalmente. Não totalmente, mas pode ter tido alguma influência.” Helena Pedrosa, 41 anos, PCP*

O que não é perceptível nos homens, dado que as responsabilidades familiares ficaram, em grande parte, a cargo das cônjuges.

Todavia, este difícil equilíbrio feminino e as dificuldades sentidas na relação entre a vida familiar e o poder político não invalida, ao contrário do esperado, que mulheres com filhos pequenos e dependentes consigam aceder a cargos desta natureza. Conseguem-no com hesitações, receios, inseguranças, mas também com o apoio e incentivo dos cônjuges, o recurso a empregadas domésticas e também à família de origem, essencialmente as mães.

*“Se a mulher, para além de ter uma função política extremamente exigente como é o caso de ser autarca ainda tiver que acumular com horários rígidos de organização familiar não tem qualquer hipótese. E então ou deixa a família ou deixa o lugar. E quando as pessoas se têm de confrontar com a necessidade de uma escolha, isso resulta forçosamente mal. Porque se cai em perda. [...] Eu não tenho actividade doméstica praticamente nenhuma. A minha actividade doméstica resume-se, ao fim-de-semana, se tiver um bocadinho, é fazer comida, que eu adoro. Agora o resto, quer dizer, se não tivesse uma senhora que ajudasse a fazer isso era uma desgraça não é? Aí sim íamos ter um problema (risos).” Júlia Delgado, 59 anos, PS*

Apoios que são muito semelhantes no caso dos homens, em que estes delegam grande parte dos cuidados com os filhos e as tarefas domésticas às cônjuges e empregadas domésticas, sendo aqui menos visível o recurso às famílias de origem.

*“Esse pelouro está entregue lá em casa a outra pessoa. Ainda por cima é um pelouro não remunerado.” Mário Couto, 47 anos, PCP*

Contudo, apesar das dificuldades na relação entre vida familiar e poder político, das diferenças visíveis entre homens e mulheres nas trajectórias políticas e no exercício do poder e das influências do poder político na construção identitária de género, é consensual a importância do exercício deste serviço público de entrega ao cidadão.

*“Nós não podemos abusar do poder, nem prescindir dele.” Paula Veríssimo, 56 anos, PS*



## 2. Bibliografia

- SMELSER, Neil (s.d.), *Handbook of sociology*, Sage Publications, London
- KELLERHALS, Jean et al. (1982), *Mariages au quotidien*, Lausanne, Éditions Favre
- KELLERHALS, Jean (1984), *Microsociologie de la famille*, Paris, PUF
- AMÂNCIO, Lúgia (1986), *Estereótipos e identidade psicossocial das mulheres trabalhadoras*, Colóquio “A mulher na sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais”, Faculdade de letras de Coimbra
- SINGLY, François de (1987), *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, PUF
- LORBER, Judith et al, (ed.) (1991), *The social construction of gender*, London, Sage Publications
- CONNELL, R. (1993), *Gender and power*, Oxford, Polity Press
- GENOVESE, Michael (ed.) (1993), *Women as national leaders*, London, Sage Publications
- GIDDENS, Anthony (1993), *The transformation of intimacy. Sexuality, love & eroticism in modern societies*, Cambridge, Polity Press
- SINGLY, François de (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan
- AMÂNCIO, Lúgia (1994), *Masculino e feminino – A construção da diferença*, Porto, Edições Afrontamento
- ALMEIDA, Vale de (1995), *Senhores de si – Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Fim de Século Edições
- BECK, Ulrich et al (1995), *The normal chaos of love*, Cambridge, Polity Press
- CONNELL, R. (1995), *Masculinities*, Cambridge, Polity Press
- SINGLY, François de (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan
- GIDDENS, Anthony (1997), *Sociology*, Oxford, Polity press
- BARBOSA, Madalena (1998), *Invisibilidade e tectos de vidro – Representações do género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995 no Jornal ‘Público’*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros
- KIMMEL, Michael (2000), *The gendered society*, New York, Oxford University Press
- SINGLY, François de (2000), ‘O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar’ in Peixoto, Singly e Cicchelli (org.), *Família e individualização*, Rio de Janeiro, FGV Editora
- TORRES, Anália (2000), *Sociologia da família e do Casamento*, Lisboa, Celta
- TORRES, Anália (2000), *Trajectórias, dinâmicas e formas de conjugalidade – assimetrias sociais e de género no casamento*, Dissertação de doutoramento em sociologia, ISCTE, Lisboa
- FERREIRA, Carvalho (2001), “Abordagem política das organizações” in Carvalho Ferreira, *Manual de psicossociologia das organizações*, Lisboa, McGrawHill
- GIDDENS, Anthony (2001), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta editora
- VIEGAS, José et al (2001), *Mulheres e a política*, Oeiras, Celta Editora
- ESPADA, Isabel (dir.) (2002), *Género e comportamento eleitoral – O eleitorado português e a actividade política das mulheres*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 2002
- SILVA, Manuela (2002), *A igualdade de género – Caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros
- TORRES, Anália (2002), *O casamento em Portugal*, Oeiras, Celta Editora



VIEGAS; José et al (2002), *Género e gestão local da mudança em sete países da União Europeia* (relatório final), Lisboa, CIES/ISCTE

INGLEHART, Ronald et al (2003), *The rising tide*, Cambridge, Cambridge University Press

ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES COMUNISTAS (2003), *As mulheres e o poder local*, Lisboa, Edições Avante

BAUM, Michael et al (2004), "Desigualdades de Género em Portugal: a participação política das mulheres" in André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, *Portugal a votos – As eleições legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

TORRES, Anália (2004) *Vida Conjugal e trabalho: uma perspectiva sociológica*, Oeiras, Celta

MARTINS, Manuel et al (2005), *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros

<http://www.aml.pt/web/OQueEAML/enquadramentoGeral.php> [Data de acesso: 21 de Abril de 2008]

<sup>i</sup> In <http://www.aml.pt/web/OQueEAML/enquadramentoGeral.php> [Data de acesso: 21 de Abril de 2008]